



Número: **0837444-56.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROBERTO CARLOS DA SILVA (AUTOR)		Francisco Israel Cardoso da Silva (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32554 664	22/07/2020 12:28	Petição Inicial - Ação de Cobrança de Seguro DPVAT	Petição Inicial
32554 668	22/07/2020 12:28	1. Procuração e declaração de hipossuficiência	Outros Documentos
32554 670	22/07/2020 12:28	2. Documentos pessoais	Outros Documentos
32554 672	22/07/2020 12:28	3. Comprovante de residência	Outros Documentos
32554 673	22/07/2020 12:28	4. Boletim de ocorrência	Outros Documentos
32554 675	22/07/2020 12:28	5. Documentos médicos	Outros Documentos
32554 676	22/07/2020 12:28	6. Documento da moto	Outros Documentos
32554 677	22/07/2020 12:28	7. Comprovante da negativa administrativa	Outros Documentos
32555 507	28/07/2020 08:58	Despacho	Despacho
34453 668	17/09/2020 18:47	Mandado	Mandado

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA ___ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

ROBERTO CARLOS DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), autônomo(a), portador(a) da cédula de identidade sob o nº. 3.153.400, expedida pela SESP/DF, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. 435.698.114-68, residente e domiciliado à Rua Professora Rita Miranda, n.º 80, Treze de Maio, João Pessoa/PB, CEP: 58.025-280, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Nos termos do artigo 3º e seguintes da Lei 6.194/74 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, contra a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua da Assembleia, 100, 26º andar, CEP: 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 3861.4600, endereço eletrônico: presidencia@seguradoralider.com.br, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

I – DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA



A parte autora não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

Eis o que diz o artigo 99 do CPC:

O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na **petição inicial**, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Acerca da concessão da gratuidade de justiça, Alexandre Freitas Câmara assim discorre:

O requerimento de concessão do benefício pode ser formulado a qualquer tempo (art. 99). Não tendo sido formulado na primeira oportunidade em que o requerente tenha se manifestado nos autos, não suspenderá o andamento do processo (art. 99, caput e § 1º). Formulado o requerimento por pessoa natural, o juiz só poderá indeferi-lo "se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade", mas não sem antes "determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos para a concessão" (art. 99, § 2º). (O Novo Processo Civil Brasileiro, 2ª. ed., Atlas, p. 75)

Por tais razões, pleiteiam-se os **benefícios da justiça gratuita**, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, inciso LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

II – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de um acidente de trânsito, ocorrido em **16 de abril de 2019 nas proximidades do DNOCS localizado no Bairro dos Estados em João Pessoa/PB**, ocasião em que estava trafegando com a sua motocicleta quando se acidentou ao cair do veículo da marca/modelo Suzuki 125 de cor preta, ano/modelo



2009, de placa JJW-8351/PB, chassi 9CDNF41AJ9M236125, vindo a sofrer lesões pelo corpo, tendo o seu atendimento sido promovido pelo Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, conforme se observa do boletim de ocorrência registrado na Central de Polícia Civil de João Pessoa/PB.

Conforme laudo médico emitido pelo citado hospital, o paciente deu entrada vítima de acidente de trânsito, apresentando **dor no membro inferior direito com dificuldade de mobilização, recebendo como diagnóstico: Fratura de falange proximal do 2º pododáctilo direito – CID 10 S92.9.**

Ressalte-se que, com o dano ocasionado pelo sinistro, a parte demandante apresenta considerável limitação física no(s) membro(s) afetado(s), que, ainda hoje, lhe impede, de forma acentuada a retomar as suas atividades normais, encontra-se debilitada, sente dores, não movimenta o(s) membro(s) citado(s) com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízos esses que acompanham a parte requerente até os dias atuais e que, possivelmente, lhe acompanharão por toda a vida. Portanto, por questão de justiça e respeito à previsão legal, a parte segurada buscou amparo através de pedido de indenização DPVAT junto à seguradora líder do consórcio do seguro DPVAT, tendo feito seu requerimento através dos Correios, conforme se nota dos comprovantes em anexo referentes ao **número de pedido de seguro DPVAT: 3200071856.**

Desse modo, ocorrido o acidente de trânsito e sofrendo a parte autora com lesões, no caso em tela, comprovadamente com caráter de invalidez permanente, faz jus, portanto, ao recebimento de indenização do seguro na modalidade invalidez.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte promovente aguardou a resposta da parte demandada. Porém, **tamanha fora a surpresa da parte autora, quando informada pela seguradora, comunicado em anexo, que seu pedido de indenização fora INDEFERIDO** em virtude de não se justificar a cobertura pleiteada, face ser a vítima a proprietária do veículo e estar com o pagamento do Seguro caracterizado como irregular, ou seja, **com pagamento em atraso.**

O entendimento da seguradora merece ser reavaliado, haja vista que não é condizente com a previsão legal, pois contraria dispositivos constantes na Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974, **que não desautoriza ou impossibilita o pagamento da indenização para proprietários em caso de inadimplência.**



Ora, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, **porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.**

Nesse desiderato, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma da parte demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, **através da quantificação do valor devido e consequente condenação da parte demandada ao pagamento deste.**

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Tem-se que a parte promovente ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela **Lei n.º 6.194/74**, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como **seguro obrigatório**, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Ora, foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A citada legislação instituiu, no sistema jurídico brasileiro, o **Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT**. Posteriormente, a Lei n.º 8.441/92 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, **seja motorista, passageiro ou pedestre**. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: **morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares**. A atual responsável pela administração do seguro é a **Seguradora Líder**, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do seguro DPVAT.

Sendo assim, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da multicitada Lei:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Cabe trazer a colação o seguinte julgado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a parte demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

Assim, comprovado o acidente de trânsito, restando a parte demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do respeitável Superior Tribunal de Justiça *in verbis*:



Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Ademais, a negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, sendo aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça e, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Citem-se os dispositivos da Lei n.º 6.194/74 que claramente dão amparo à pretensão autoral:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifei).

(...)

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, **seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído**, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).

Ainda, cite-se a **SÚMULA 257 DO STJ**:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Ademais, citem-se os seguintes precedentes sobre a temática exposta:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA



HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrensdoth Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2.

Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. **A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é**



motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).

Ante o exposto, em consonância com o previsto na Lei n.º 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte promovida ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares, ainda, com valor corrigido a contar da data do sinistro e independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

IV – DOS PEDIDOS

POSTO ISSO, REQUER:

1. A **concessão do benefício da justiça gratuita**, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. A **citação** da parte requerida, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
3. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente em todos os seus termos para que seja declarado devido à parte autora o pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, condenando-se a parte ré ao seu pagamento com atualização monetária e juros moratórios desde o evento danoso**, levando-se em consideração a perícia médica a ser realizada por este r. Juízo, com posterior enquadramento na tabela de danos segmentares constante no artigo 3º da Lei 6.194/74;



4. Se digne V. Ex.^a em **nomear perito**, conforme art. 465 do CPC, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à parte autora a título de indenização do Seguro DPVAT;
5. Conforme previsão no art. 319, inciso VII, do CPC, a parte autora desde já, em virtude da **necessidade de realização de perícia médica, manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação**;
6. Por se tratar de **matéria de direito**, logo após a realização do exame requerido, **requer o julgamento antecipado do mérito**;
7. Seja condenado o réu em custas processuais e honorários advocatícios sobre o valor da causa;
8. Por derradeiro, o cadastramento do advogado Francisco Israel Cardoso da Silva (**OAB/PB 16.769**), para receber intimações, sob pena de nulidade.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, especialmente a **prova pericial, documental** e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, **22/07/2020**.

FRANCISCA CARDOZO DA SILVA

ADVOGADA – OAB/PB 15.011



FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA

ADVOGADO – OAB/PB 16.769

DAVI CARDOZO SARAIVA

ADVOGADO – OAB/PB 24.651

MOISÉS CARDOZO SARAIVA

ADVOGADO – OAB/PB 27.179

DOCUMENTOS EM ANEXO:

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Documentos médicos
- 4- Boletim de Ocorrência
- 5- Outros documentos



PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA”

OUTORGANTE(S): Roberta Carlos da Silva, brasileira, casada, Portadora da Carteira de Identidade nº: 3.153.400-SSP/DF, inscrito no CPF/MF nº: 435.693.114-68, residente e domiciliada a Rua Monsenhor João Coutinho, 1120, Truiz de Mota, João Pessoa-PB, CEP: 58027-009

OUTORGADOS: FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 24651, e/ou MOISÉS CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 27179, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

PODERES: Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante autarquias previdenciárias, INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, IPM – Instituto de Previdência do Município de João Pessoa/PB, PBPREV – Previdência Paraíba, para tratar de assunto do seu interesse, com poderes para assinar requerimentos, guias, livros e quaisquer outros documentos, **requerer a concessão, restabelecimento ou revisão de benefícios previdenciários ou assistenciais, atualização de cadastro, requerer CNIS, NIT, INFBEN, CONBAS, HISCRE, HISMED, CTC – Certidão de Tempo de Contribuição, CONCAL, DEPEND, NTEP – Nexso Técnico Epidemiológico, PAB, PIS, RMI, REVSIT, SABI, GFIP, GPS, senhas do MEU INSS, comunicados de concessão ou indeferimento de benefícios, inclusive transformações, desistências, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância administrativa, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, receber alvará judicial, RPV e precatórios, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, podendo renunciar valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.**

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

João Pessoa, PB, 26 de Novembro de 2019.



OUTORGANTE(S)







obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predis põem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 53704 Série 00030

ASSINATURA DO PORTADOR
Francisco Israel Cardoso da Silva

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Roberto Carlos da Silva*
Loc. Nasc. *Recife - PE* Est. *PE* Data *03.10.41*
Filiação *Roberto Carlos da Silva*
Doc. N° *885.69*

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. N°
Exp. em / / Estado *CONVÊNIO 1501/URT/SNE*
Obs. *SRTE*
Data Emissão *28.11.14*
Assinatura do Funcionário *[Assinatura]*

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.



CONTRATO DE TRABALHO

PENTAG ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.581.588/0001-40

End: QUADRA-QD 14 CONJUNTO 06 LOTE 06

Bairro: GUARA - CEP: 71250-130

Município: Brasília - UF: DF

Esp. Estab: SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Cargo: Motorista de caminhão

CBO: 7825-10

Data de Admissão: 03/05/2010

Registro nº: 30038

Remuneração específica: R\$ 778,80

setecentos e setenta e oito e oitenta centavos p/ mês

PENTAG ENGENHARIA LTDA

PENTAG ENGENHARIA LTDA

Data saída..... de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... CBO nº

Data admissão de..... de.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... CBO nº

Data admissão de..... de.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... CBO nº

Data admissão de..... de.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº



Roberto Carlos Da Silva - 435.698.914-68



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

ROBERTO CARLOS DA SILVA

CPF Não informado

TALYTA EMANUELA DOS SANTOS DA SILVA

CPF Não informado

MATRÍCULA

021089 01 55 2011 2 00109 250 0033240 74

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiações dos cônjuges

ROBERTO CARLOS DA SILVA, nascido no dia **03 de setembro de 1963**, em **João Pessoa-PB**, brasileiro, filho de **LUIZ CARLOS DA SILVA** e **JOANA RICARDO DA SILVA**.
TALYTA EMANUELA DOS SANTOS ROCHA, nascida no dia **25 de novembro de 1978**, em **João Pessoa-PB**, brasileira, filha de **PEDRO PAULO ROCHA** e **MARIA JOSÉ DOS SANTOS ROCHA**.

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

PRIMEIRO DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

DIA
01

MÊS
04

ANO
2011

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

TALYTA EMANUELA DOS SANTOS DA SILVA.

O nubente conservou o mesmo nome.

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCE

Vide-verso.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

Nome do Ofício:
4º Ofício de Registro Civil, Títulos e documentos e Pessoas
Jurídicas do Distrito Federal

Oficial Registrador: **Paulo Henrique de Araujo**

Município: Brasília / DF

End.: Quadra 02, Lote 08, Setor Central, Gama

Telefone: (61)3484-8319


E-mail: contato@cartoriogama.com.br

Para consultar o selo, acesse: www.tjdft.jus.br

Selo digital: **TJDFT20180240009684LDWD**

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.

Brasília/DF, 23 de março de 2018.


Marilene do Monte Palma Romão
Escrevente



4º Ofício do Gama-DF
Marilene do Monte Palma Romão
Escrevente

ARPENBRASIL AA 006914141 BRP



Fatura Mensal

Tricard Tricard



HISTÓRICO DE DESPESAS

BARATUDO

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
	ROBERTO C SILVA 8149	
25/07/2019	JC MOTOS 03/03 JOAO PESSOA B	60,00
25/09/2019	POSTO ALE JOAO PESSOA BR	30,00
29/09/2019	ABEL CONVENIENCIA Joao Pessoa BR	37,00
29/09/2019	ABEL CONVENIENCIA Joao Pessoa BR	24,00
30/09/2019	REDE MENOR PRECO JOAO PESSOA P	36,46
04/10/2019	OBRIGADO PELO PAGAMENTO	-300,00
07/10/2019	OBRIGADO PELO PAGAMENTO	-220,00
07/10/2019	POSTO ALE JOAO PESSOA BR	30,00
08/10/2019	O BOTEQUIM 2187 BAR JOAO PESSOA BR	64,53
08/10/2019	PAG*FabiolaCristinaDa JOAOPESSOA BR	21,00
09/10/2019	PAG*ValmirLeiteDo JOAOPESSOA BR	23,00
10/10/2019	MAIS CARNES Joao Pessoa BR	93,45
10/10/2019	PAG*ValmirLeiteDo JOAOPESSOA BR	38,00
12/10/2019	EXTRA TAMBAU 1387 JOAO PESSOA BR	120,88
12/10/2019	SUBWAY EXTRA JOAO PESS JOAO PESSOA BR	29,80
12/10/2019	PAG*AugustoQuirino JOAOPESSOA BR	70,00
13/10/2019	PAG*TalitaMayara JOAOPESSOA BR	30,00
15/10/2019	OBRIGADO PELO PAGAMENTO	-107,40
21/10/2019	POSTO ALE JOAO PESSOA BR	30,00
27/10/2019	ANUIDADE DIFERENCI 04/04 8149	27,30
27/10/2019	PROTECAO PREMIADA	4,99
27/10/2019	ENCARGOS SOBRE SALDO FINANCIADO	5,54
27/10/2019	IOF SOBRE SALDO FINANCIADO	0,07
	DESPESAS/COMPRAS DESTE CARTÃO NO PERÍODO	776,02
	PGTO/CRÉDITOS DESTE CARTÃO NO PERÍODO	627,40

5182.XXXX.XXXX.8149

VENCIMENTO 07/11/2019

TOTAL DA FATURA R\$ 776,02

OU PAGAMENTO MÍNIMO R\$ 177,19

OU PARCELE ESTA FATURA EM 10 x R\$ 108,34

LÍMITE (\$) Limite de compra R\$ 780,00 Limite de SAQUE R\$ 78,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES: No site www.tricard.com.br está disponível a nova versão do seu contrato. Para garantir os benefícios do seu cartão pague em dia entre o valor MÍNIMO e TOTAL DA FATURA. ATENÇÃO: pagando apenas o valor mínimo desta fatura até a data de vencimento, os encargos financeiros a serem cobrados na próxima fatura serão de R\$ 125,85. Para antecipar lançamentos futuros, favor entrar em contato com a Central de Atendimento ao cliente.

Resumo das Despesas

Saldo da fatura anterior	R\$	627,40
-) Pagamentos / créditos	R\$	627,40
=) Despesas/Compras	R\$	776,02
=) Encargos Financeiros	R\$	5,54
=) IOF	R\$	0,07
=) Saldo desta fatura	R\$	776,02

Encargos Financeiros

	% ao mês	% no próx. período
Pagamento Parcial	19,39	20,39
Pagamento em atraso	19,39	20,39
Saques	19,39	20,39
Compras parceladas e juros	5,99	6,99
Parcelamento de Fatura	7,99	15,90

CET - Custo Efetivo Total

	% ao mês	% ao ano
Pagamento Parcial	820,57	20,31
Pagamento em atraso	918,28	21,33
Saques	5.104,66	40,02
Compras parceladas e juros	0,00	0,01
Parcelamento de Fatura	189,13	8,41

IOF 0,0082% AO DIA + 0,38%

COM O APP TRICARD, VOCÊ RESOLVE TUDO EM UM SÓ LUGAR.

- Alterar endereço e dados cadastrais
- Modificar data de vencimento
- Solicitar aumento de limite e cartão adicional
- Ver o melhor dia de compra e limite
- Contratar Seguros



bradesco	237-2	23793.38706 90019.928978 07000.072608 3 00000000000000		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço ROBERTO CARLOS DA SILVA - R PROFESSORA RITA MIRANDA80TREZE DE MAIO - 58025-280 - JOAO PESSOA - PB - CPF 435.698.114-68				
Assinatura/Assinatura				
Número Documento 09/00199289707-3	Nº Documento 6340371528	Data de Vencimento 07/11/2019	Valor do Documento 776,02	Valor Pago
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço				



Assinado eletronicamente por: Francisco Israel Cardoso da Silva - 22/07/2020 12:27:51

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072212275109400000031182604

Número do documento: 20072212275109400000031182604

Comprovante de residencia



CTC RECIFE PE PL7
ROBERTO CARLOS DA SILVA
R PROFESSORA RITA MIRANDA80
TREZE DE MAIO
58025-280 JOAO PESSOA PB



713159105109105000007730297119

De: 25/07/2019 - 10:10:10



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA

Boletim de ocorrência



Segurança e da Defesa Social

CÓPIA

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 09957.01.2019.1.00.401

RECEBIDO

02 SET 2019

Seguradora Lider DPVA1

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09957.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 13:10 horas do dia 29 de agosto de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Rochelle Bezerra Rocha, Agente de Investigação, matrícula 1820354, ao final assinado, compareceu Roberto Carlos da Silva, CPF nº 435.698.114-68, nacionalidade brasileira, filho(a) de Joana Ricardo da Silva e Luiz Carlos da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 03/09/1963 (55 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Professora Rita Miranda, Nº 80, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência Escola Boto de Menezes, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (s) para contato (83) 98885-6995.

Dados do(s) Fatos:

Local: Denox, João Pessoa/PB, bairro Treze de Maio; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 16/04/19 19:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRANSITO.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE FOI VÍTIMA DE UM ACIDENTE DE TRÂNSITO (ACIDENTE DE MOTOCICLETA) QUANDO CONDUZIA SUA MOTOCICLETA SUZUKI 125, COR PRETA, ANO E MODELO 2009, DE PLACA JJW-8351/PB, CHASSI 9CDNF41AJ9M236125; QUE O NOTICIANTE/VÍTIMA SOFREU LESÕES AO CAIR DA MOTOCICLETA; QUE O PRÓPRIO NOTICIANTE/VÍTIMA FOI AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA PROCURAR ATENDIMENTO. PORÉM NO DIA SEGUINTE DO ACIDENTE: QUE ESTE HOSPITAL EMITIU LAUDO MÉDICO. ASSINADO PELO DR. JOSE DE ALMEIDA BRAGA, CRM 2329/PB; QUE CONSTA NO LAUDO MÉDICO O CID 10 S92.9: QUE VEIO A ESTA DELEGACIA A FIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO. FICANDO DESDE JÁ CIENTE E ORIENTADO DE QUE DEVE COMPARECER A DELEGACIA DA ÁREA PARA QUE O PROCEDIMENTO CABÍVEL SEJA INSTAURADO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.



João Pessoa/PB, 29 de agosto de 2019.

Roberto Carlos da Silva
ROBERTO CARLOS DA SILVA
Noticiante

Procedimento Policial: 09957.01.2019.1.00.401

1/1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	ROBERTO CARLOS DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	03/09/63
NOME DA MÃE	JOANA RICARDO DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.156.477
DATA DO ATENDIMENTO	16/04/19
HORA DO ATENDIMENTO	14:46
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE FALANGE PROXIMAL DO 2º PODODÁCTILO DIREITO.
CID 10	S92.9

Documentação médico-hospitalar



AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, nega perda da consciência, refere dor no membro inferior direito, com dificuldade de mobilização.; Torax e abdomen sem queixas. Apresenta dor em pé direito e em joelho direito. RX evidencia fratura de base da falange proximal do 2º dedo do pé direito.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de joelho direito
RX de pé direito
RX de tornozelo direito

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura da falange proximal do 2º dedo do pé direito.

TRATAMENTO:

Medicado.

ALTA HOSPITALAR:	16/04/19
DATA DA EMISSÃO:	20/08/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Identificação do paciente				
ID 1046895	Nome ROBERTO CARLOS DA SILVA			Sexo Masculino
Data de nascimento 03/09/1963	Idade 55 anos 7 meses 13 dias	Estado civil CASADO(A)	Religião CATOLICA	Prontuário
Mãe JOANA RICARDO DA SILVA	Pai LUIZ CARLOS DA SILVA			
Escolaridade	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988856995	DDD Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3153400	Nº Cns 703206635938890		
Local de procedência TORRE	Tipo BAIRRO		UF PE	
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R		
Endereço				
CEP 58025000	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro PROFESSORA RITA MIRANDA	
Número 80	Complemento	Bairro TREZE DE MAIO		
Admissão				
Data e Hora 16/04/2019 14:46:58	Número da pulseira 10007405609		Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica			
Classificação de risco	Origem do paciente RUA			
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não	
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou			
Sinais Vitais				
PA X mmHg	Pulso	Temperatura		
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor [] ECG [] Ultrasonografia []
Dados clínicos				
Diagnóstico				
Atendido por ANNE WALESKA PEREIRA LIMA				CID
				Tempo 44seg

Imprimir

16.0.6:8080/cvb/pages/boletimEmergencia.do?perform=imprimir&id=1156477



Cruz Vermelha Brasileira HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Data: 16/04/19 15:33
Usuário: ALICE FRANCA
Boletim 1156477



FRANCISCO CARLOS DA SILVA		Data de Nascimento	Idade	Sexo	Nº	Nº Prontuário	Data Prescrição
do Atendimento		03/09/1963	55a 7m 13d	MASCULINO	1156477		16/04/2019 15:33:35
Enfermaria / Leito		Validade da Prescrição					
		16/04/2019 15:33:00 - 17/04/2019 15:33:00					
Matrícula		Sentia					
Data da entrada:		Data da Internação:		Permanência na		Permanência no	
16/04/2019 14:46:58				47min			
Nome medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de Admin.	Veloc. Inf.	Pos	Aproximamento
IRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	1,0	ML		E.V.		ACM	15:46
PRO ANTITETANICO 5.000UI (AMPOLA 1L)	1,0	ML		INTRAMUSCULAR		AGORA	(fe)

Reimpresso por:
dia:

FRANCISCO CARLOS DA SILVA
CRM 1510

Assinatura e Carimbo do Profissional



POSTO I B

Endereço: INTERNO, S/N, , JOAO PESSO - PB, 11111111

Tel:

CNES: 454547

Verificar número licença

GOVERNO
DA PARAIBA

Paciente ROBERTO CARLOS DA SILVA	BAE 1156477	Data/Hora Entrada 16/04/2019 14:46:58	Data Saída 2019-04-16 17:13:31.0
Data de nascimento 03/09/1963	Idade 55a 7m 13d	Sexo Masculino	CNS 703206635938890
Mãe JOANA RICARDO DA SILVA			Telefone de Contato (83) 983856395
Endereço PROFESSORA RITA MIRANDA, 80	Bairro TREZE DE MAIO	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional JOAO PAULO SOUTO CASADO	Nº Cons. Regional 11598/PB
Data/Hora Classificação 16/04/2019 15:02:09		Data/Hora Prescrição 16/04/2019 17:13:39	

Anamnese

#ORTOPEDIA

PCTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO
RELATA DOR EM JOELHO DIREITO E PE DIREITO
APRESENTA EDEMA IMPORTANTE EM PE
ADM PREJUDICADO PELA DOR E EDEMA
NEUROVASCULAR PRESERVADO

RX EVIDENCIANDO FRATURA DE BASE DA FALANGE PROXIMAL DO 2º PDD DO PE DIREITO

CD:
IMOBILIZAÇÃO
RECEITA MEDICA
ORIENTACAO
ALTA
ATESTADO
RETORNO HTOP

PROCEDIMENTO

BOTA TALA, (OBSERVAÇÕES: MID)

CID10

Código	Descrição
S92.9	Fratura do pé não especificada

Conduta

Em observação

Alta Hospitalar

Usuário
JOAO PAULO SOUTO CASADO
Motivo de Alta
ALTA MEDICA

Data e Hora
16/04/2019 17:13:31

Observações

Dr. Tammer Gomes de M...
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 81.0

ROBERTO CARLOS DA SILVA

JOAO PAULO SOUTO CASADO
(CRM: 11598/PB)

Boletim registrado por: ANNE WALEŠKA PEREIRA LIMA em 16/04/2019 14:47:42

172.16.0 6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=567560&recursos=S&perform=imprimir



Assinado eletronicamente por: Francisco Israel Cardoso da Silva - 22/07/2020 12:27:52

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072212275214300000031182609>

Número do documento: 20072212275214300000031182609

REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Nome ROBERTO CARLOS DA SILVA		
Data de 03/09/1963	Nº Boletim Emergência 1156477	Prontuário
Material a examinar		
		Data Prescrição: 16/04/2019 15:33:35

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)
RADIOGRAFIA DE PE / DEEDOS DO PE DIREITO
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA
(direita)

RAIOS-X	
TIPO	...
DATA	16/04/19
HORA	16:06
NOME TEC. RAD.	SR
ASS.	[Assinatura]

Assinatura e Carimbo do Profissional

Assinatura e Carimbo do Profissional





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente ROBERTO CARLOS DA SILVA	BAE 1156477	Data/Hora Entrada 16/04/2019 14:46:58	Data Exatn
Data de nascimento 03/09/1963	Idade 55a 7m 13d	Sexo Masculino	CNS 703206635938890
Mãe JOANA RICARDO DA SILVA	Endereço PROFESSORA RITA MIRANDA, 80		Bairro TREZE DE MAIO
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Município JOAO PESSOA	Telefone de Contato (83) 988656995
Data/Hora Classificação 16/04/2019 15:02:09	Profissional ALICE FRANCA FALCAO BATISTA DANTAS	UF PB	Prontuário
Data/Hora Prescrição 16/04/2019 15:33:35		Nº Cons. Regional 9519/PB	

Anamnese

#CIRURGIA GERAL#

Paciente vítima de queda de moto, em uso de capacete. Nega perda de consciência ou vômitos. Refere dor MID, com dificuldade de mobilização do mesmo. Nega alergia medicamentosa.

Ao exame: EGR, LOTE, AAA, eupneico
torax: sem sinais de fraturas
Abdome: flácido, depressível, indolor.

cd: solicito radiografia de joelho, tornozelo e pe
avaliação ortopedia
alta da cirurgia geral

MEDICAÇÃO

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., ACM, 0,0 (MGTSM)
SORO ANTITETANICO 5.000UI (AMPOLA 5ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA INTRAMUSCULAR, AGORA, 0,0 (MGTSM)

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)

RADIOGRAFIA DE PE/ DEDOS DO PE DIREITO

RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: DIREITA)

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

ROBERTO CARLOS DA SILVA

ALICE FRANCA FALCAO BATISTA DANTAS
(CRM: 9519/PB)

Boletim registrado por: ANNE WALESKA PEREIRA LIMA em 16/04/2019 14:47:42

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=567484&pesquisa=S&perform=imprimir



Assinado eletronicamente por: Francisco Israel Cardoso da Silva - 22/07/2020 12:27:52

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072212275214300000031182609

Número do documento: 20072212275214300000031182609

Num. 32554675 - Pág. 6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB Nº 01479822448
CERTIFICADO DE REGISTRO E VENCIMENTO DE VEÍCULO

1 0020020406-8, 00/00000000, 2019

ROBERTO CARLOS DA SILVA

CPF CNPJ 43569811468 **PLACA** JJW8351/PB

PLACA ANT. UF JJW8351 DF **CLASS** 9CDNF41AJ9M236125

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC **COMBUSTIVEL** GASOLINA

MARCA MODELO SUZUKI IMPULDER 125 **ANO FAB. - ANO MOD.** 2009-2009

CAP. POT. CIL. 2 P/125 /CI **CATEGORIA** PARTIC **COR PREDOMINANTE** PRETA

COTA UNICA 00/00/0000 **VENC. COTA UNICA** 1º

FAIXA IPVA ***** **PARCELAMENTO COTAS** 2º

PREMIO TAP. ARIQ. (R\$) ***** **PREMIO TUC** P A G O **DATA DE PAGAMENTO** 29/04/2019

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMINIO

JOAO PESSOA - PB 19267, **DATA** 29/04/2019 **57407**

DUT





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200071856

Vítima: ROBERTO CARLOS DA SILVA

Data do Acidente: 16/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROBERTO CARLOS DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01993/01994 - carta_11 - INVALIDEZ

00090987





Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0837444-56.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

O objeto desta ação é referente a cobrança de Seguro DPVAT.

Inicialmente, defiro a gratuidade judicial requerida, na forma do art. 98 do CPC.

Diante de inúmeras audiências realizadas nesta Vara que restaram infrutíferas, deixo para momento oportuno a análise da conveniência quanto a realização de audiência conciliatória.

Em consequência, CITE-SE o promovido no endereço indicado na exordial, para oferecer contestação, em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia.

P.I.

JOÃO PESSOA, 22 de julho de 2020.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba - Fórum Cível de João Pessoa - 5ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa/PB - CEP: 58013-520

Contatos da vara: fone fixo 83-3208.2471, celular/ whatsapp 9.9145-3394

E-MAIL: JPA-VCIV05@TJPB.JUS.BR

Nº do processo: 0837444-56.2020.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205, nos termos do art. 247 e seguintes do CPC, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 335 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 336 e 337 do CPC.

Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, nos termos da decisão a seguir:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0837444-56.2020.8.15.2001 - **DESPACHO:** Vistos, etc. O objeto desta ação é referente a cobrança de Seguro DPVAT. Inicialmente, defiro a gratuidade judicial requerida, na forma do art. 98 do CPC. Diante de inúmeras audiências realizadas nesta Vara que restaram infrutíferas, deixo para momento oportuno a análise da conveniência quanto a realização de audiência conciliatória. Em consequência, CITE-SE o promovido no endereço indicado na exordial, para oferecer contestação, em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. P.I. JOÃO PESSOA, 22 de julho de 2020. Juiz(a) de Direito.

Assinado eletronicamente por: **VANESSA ANDRADE DANTAS**

LIBERALINO DA NOBREGA

28/07/2020 08:58:03

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **32555507**



20072808580325400000031183441

JOÃO PESSOA, em 17 de setembro de 2020. De ordem, NILMA CRISTIANE BATISTA DE MORAES REGO - mat. 470.995-1

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

6072215594728000000004430865

